



ARTIGOS LIVRES

O projeto de sociedade e a relação com religião: crítica ao livro “O cristão e a política”, de Nikolas Ferreira

The project of society and the relationship with religion: criticism of the book “The christian and politics” by Nikolas Ferreira

El proyecto de sociedad y su relación con la religión: crítica del libro “El cristiano y la política” de Nikolas Ferreira

Luis Henrique Piovezan¹

orcid.org/0000-0003-2876-2149

lhpiovezan@terra.com.br

Recebido em: 08 abr. 2025.

Aprovado em: 26 out. 2025.

Publicado em: 19 dez. 2025.

Resumo: O debate sobre o papel da Religião dentro da Política é ainda atual, apesar de ter iniciado com pensadores como Edmund Burke e John Locke. Com o avanço de um pentecostalismo político no Brasil nas últimas décadas, esse debate ganha relevância. Com o objetivo de verificar a consistência conceitual da proposta de absorção da religião pela política, este artigo parte da análise do discurso do livro *O cristão e a política*, de Nikolas Ferreira, e apresenta os erros conceituais adotados no livro ao indicar as ideias consideradas anticristãs. Essa análise indica que Nikolas Ferreira utilizou uma forma de demonização das ideias contrárias já utilizada por Martinho Lutero para elaborar uma Teologia do Domínio, que é autoritária. Considerando a relação do Neopentecostalismo com sua história no Brasil, indica-se que a estratégia de demonização copiada de Lutero tem por objetivo um projeto de sociedade autoritária. A análise mostra que essa sociedade autoritária não é apenas objetivada para a opressão às minorias, mas tem como meta o fim da possibilidade do diálogo político.

Palavras-chave: Nikolas Ferreira. Neopentecostalismo. Cristianismo. Política Cristã. Fundamentalismo.

Abstract: The debate on the role of Religion within Politics is still current, despite having begun with thinkers such as Edmund Burke and John Locke. As the advance of political Pentecostalism in Brazil in recent decades, this debate gains relevance. To verify the conceptual consistency of the proposal of absorption of religion by politics, this article starts from the analysis of the discourse of the book *The Christian and Politics*, by Nikolas Ferreira and presents the conceptual errors adopted in the book when indicating the ideas considered anti-Christian. This analysis indicates that Nikolas Ferreira used a form of demonization of contrary ideas already used by Martin Luther to elaborate a Theology of Dominion, which is authoritarian. Considering the relationship of Neo-Pentecostalism with its history in Brazil, it is indicated that the strategy of demonization copied from Luther aims at a project of authoritarian society. The analysis shows that this authoritarian society is not only aimed at the oppression of minorities but has as its goal the end of the possibility of political dialogue.

Keywords: Nikolas Ferreira. Neo-Pentecostalism. Christianity. Christian Politics. Fundamentalism.

Resumen: El debate sobre el papel de la religión en la política sigue vigente, a pesar de haber comenzado con pensadores como Edmund Burke y John Locke. Con el avance del pentecostalismo político en Brasil en las últimas décadas, este debate ha cobrado relevancia. Con el objetivo de verificar la consistencia conceptual de la propuesta de incorporar la religión a la política, este artículo comienza con un análisis del discurso del libro de Nikolas Ferreira *El Cristiano y la Política* y presenta los errores conceptuales adoptados en el libro al identificar ideas consideradas anticristianas. Este análisis indica que Nikolas Ferreira utilizó



¹ Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), São Paulo, SP, Brasil.

una forma de demonización de las ideas opuestas ya empleada por Martín Lutero para desarrollar una Teología del Dominio, que es autoritaria. Considerando la relación entre el neopentecostalismo y su historia en Brasil, se sugiere que la estrategia de demonización, copiada de Lutero, busca crear una sociedad autoritaria. El análisis muestra que esta sociedad autoritaria no solo está diseñada para oprimir a las minorías, sino que también busca eliminar la posibilidad del diálogo político.

Palabras clave: Nikolas Ferreira. Neopentecostalismo. Cristianismo. Política cristiana. Fundamentalismo.

1 Introdução

O debate sobre a relação entre o Estado e a Igreja surgiu na época do Iluminismo e da Revolução Francesa e ainda continua relevante. As ideias básicas foram iniciadas por pensadores daquela época. Por um lado, Edmund Burke (2017, p. 134), um político irlandês de carreira inglesa, anglicano, favorável à ligação plena entre Igreja e Estado, compelido pela brutalidade da Revolução Francesa, escreve em 1790:

A consagração do Estado por um estabelecimento religioso estatal é necessária, também, para causar uma salutar reverência nos cidadãos livres, porque, a fim de garantir a própria liberdade, eles devem desfrutar de uma determinada porção do poder. Para eles, portanto, uma religião ligada ao Estado, e aos deveres a ela pertinentes, torna-se ainda mais necessária do que em sociedades em que o povo, pelos termos de sua sujeição, está confinado a sentimentos privados e à gestão de suas próprias preocupações familiares.

Por outro lado, tem-se John Locke (2019, p. 5), filósofo iluminista liberal inglês, um dos fundadores do empirismo inglês, que indicou, em 1689:

A função da verdadeira religião consiste em algo completamente distinto. Ela não é instituída a fim de erigir pompa exterior, nem para obter domínio eclesiástico ou para exercer força coerciva, mas para regular a vida dos homens segundo as regras da virtude e da piedade.

Com isso, John Locke (2019, p. 13) sugere um Estado que apenas cuide dos interesses materiais das pessoas e que se separe dos cuidados espirituais, que devem ser tratados apenas pela Igreja: "Todo o poder do governo civil diz respeito apenas aos interesses civis dos homens, estando restrito a cuidar das coisas deste mundo, e nada

absolutamente tendo que ver com o mundo por vir".

São duas visões opostas que indicam as várias possibilidades de relação entre a Igreja e o Estado. Tem-se de um lado o conservadorismo de Burke e o liberalismo de Locke por outro. E todo um espectro de relação entre Estado e Igreja entre esses dois extremos.

Esse debate ganha importância em um mundo com comunicação global entre as culturas e diversidade de religiões. Nesse contexto, Nikolas Ferreira (2022) escreveu o livro *O cristão e a política* indicando sua resposta para o posicionamento da Religião na Política.

Este artigo faz uma análise da proposta de Nikolas Ferreira. Embora seja um livro voltado para um público específico, os Cristãos Neopentecostais, ele apresenta uma proposta geral para a relação entre a Igreja e o Estado. O autor é um político conservador brasileiro do Partido Liberal, ligado à igreja pentecostal Comunidade Graça e Paz. Mais do que uma simples visão teológica, o livro propõe um modelo de sociedade em que a ligação entre Igreja e Estado seja total, ou seja, as leis sejam determinadas por conceitos neopentecostais.

O objetivo é entender e avaliar as consequências sociais e religiosas da proposta de Nikolas Ferreira e, para isso, será utilizada a Análise do Discurso. A Análise do Discurso como método tem como objetivo o estudo da estrutura argumentativa do texto para verificar se esses argumentos são coerentes entre si e com a conclusão. Para isso, o texto é decomposto em componentes de argumentos reivindicatórios de forma a se criar um esquema ou um mapa de argumentos (Gelder, 2002).

A partir deste mapeamento, explicita-se o esquema de argumentação utilizado pelo autor de forma a permitir avaliar criticamente o relacionamento dos raciocínios utilizados com a análise da coerência lógica entre argumentos e conclusão. O objetivo é verificar o encadeamento entre as premissas, os argumentos e a conclusão (Harrell, 2008).

Com a Análise do Discurso, pode-se verificar

se as premissas adotadas por Nikolas Ferreira e a sua argumentação levam a uma proposta consistente de sociedade ou se apenas é uma proposta pessoal sem fundamentos claros de sua eficiência enquanto proposta social.

2 A estrutura do livro "O cristão e a política"²

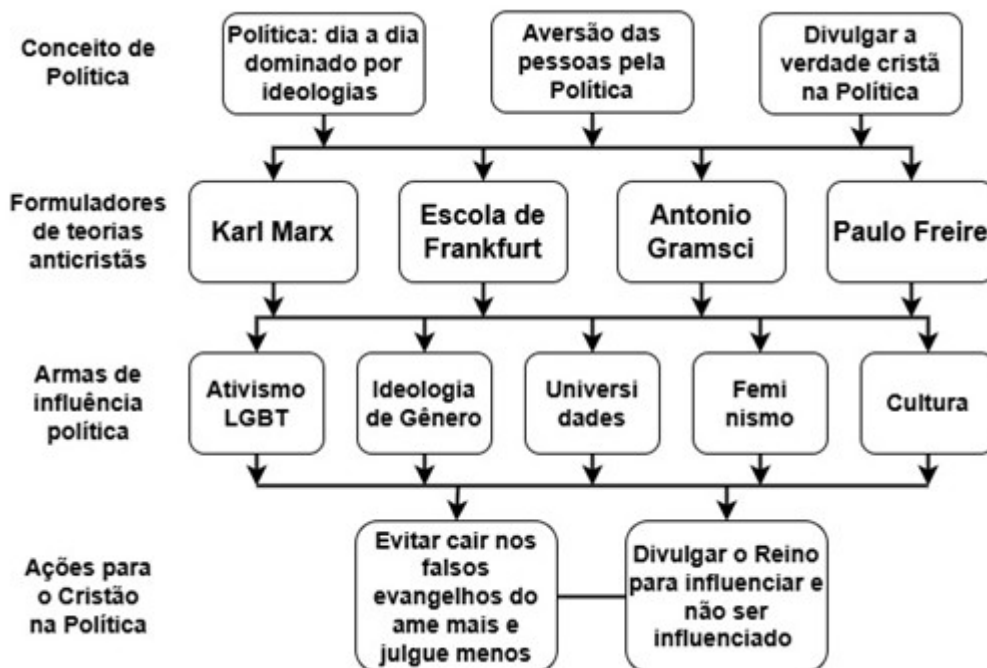
O livro "O cristão e a política" declara ter como objetivo ensinar os cristãos a se posicionarem a favor de algumas ideias políticas consideradas cristãs pelo autor.

Precisamos, de uma vez para sempre, compreender que fomos nomeados embaixadores de Cristo para mudar esta geração. Por esse motivo, convido você a refletir sobre alguns te-

mas que têm permeado todo o debate político, contra os quais a Igreja precisa posicionar-se de maneira firme e criteriosa (Ferreira, 2022, p. 21).

Nesse sentido, o livro começa indicando o conceito de política do autor e apresenta os considerados principais "formuladores de teorias políticas" contrários, na visão do autor, aos princípios cristãos (Ferreira, 2022). Após a apresentação, o autor detalha o que considera "armas de influência política", ou seja, como esses formuladores influenciam negativamente a sociedade. Para o autor, o combate a essas armas é sinônimo de ser cristão. Considerando os argumentos do autor, pela Análise do Discurso, o livro pode ser esquematizado na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura do livro *O cristão e a política* (Ferreira, 2022)



Fonte: Adaptado de Ferreira (2022).

A proposta do autor do livro, Nikolas Ferreira, é travar uma guerra dos cristãos a partir do ataque aos que supostamente ameaçam os cristãos. Porém, os comentários do autor sobre os "formuladores de teorias anticristãs" nem sempre possuem a base conceitual correta para a compreensão do pensamento desses formuladores. A

seguir, analisa-se a opinião do autor sobre esses "formuladores de teorias anticristãs" comparada com as ideias indicadas na bibliografia sobre eles.

2.1 Karl Marx

O primeiro "formulador de teorias anticristãs" apresentado é Karl Marx. Sem considerar a ex-

² Neste item do artigo, é feita a Análise do Discurso no livro de Nikolas Ferreira (2022). O objetivo é descrever o livro e o pensamento de Nikolas Ferreira. Foi mantida a nomenclatura utilizada no livro analisado.

tenha obra antirreligiosa de Karl Marx, a crítica de Nikolas Ferreira concentra-se em um detalhe do Manifesto Comunista (Engels; Marx, 2001). A crítica a Karl Marx é sobre a pretensa proposta marxista de abolição da família. Indica:

No capítulo 2 do Manifesto Comunista, livro que ele escreveu com Friedrich Engels, está escrito: 'Abolição da família!' Até os mais radicais se assustam com este propósito infame dos comunistas. Sobre quais fundamentos se assenta a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o proveito privado. Em sua forma completamente desenvolvida, a família tradicional é uma instituição burguesa e existe somente na burguesia (Ferreira, 2022, p. 26).

O que Nikolas Ferreira (2022) deixa de citar do texto de Karl Marx é o complemento dessa última frase, que muda totalmente o sentido criticado. O complemento da citação de Marx é colocado em negrito na citação a seguir. A frase correta da citação é:

Supressão da família! Até os mais radicais indignam-se com essa perigosa proposta dos comunistas. No que repousa a família atual, a família burguesa? No capital, no lucro privado. A família, em sua plenitude, existe apenas para a burguesia; **mas encontra seu complemento na ausência forçada de família, imposta aos proletários, e na prostituição pública** (Engels; Marx, 2001, p. 253, grifos nossos).

Pelo texto completo, conclui-se que Marx não está pregando o fim da família, mas o fim da exploração da família proletária pela família burguesa. Marx não é contra a família, mas contra a destruição das famílias proletárias pelos capitalistas. Isso é o contrário do que Nikolas Ferreira tenta defender em seu livro.

O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre a intimidade das relações entre pais e filhos torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria dilacera cada vez mais os laços familiares dos proletários e transforma as crianças em simples objetos de comércio e em instrumentos de trabalho (Marx; Engels, 2001, p. 504).

Assim, ao indicar que Karl Marx apresenta ideias de destruição da família, Nikolas Ferreira (2022) está fazendo uma afirmação baseada numa má interpretação de um texto de Marx.

Essa má interpretação vem da supressão de parte importante do texto, que altera completamente o sentido da ideia proposta por Marx.

É bem conhecido que Marx é contra a Religião e isso está explícito em suas obras, voltadas para o materialismo. Marx coloca a Religião como algo alienador.

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (Marx, 2010, p. 2056).

Ser "ópio do povo" é a indicação de que a Religião é uma entre as várias formas de iludir o povo diante da dominação do Capital. Daí a necessidade da proposta marxista de a religião ser suprimida. Da mesma forma que todas as outras formas de alienação devam ser suprimidas. Logo em seguida, Marx (2010, p. 2063) apresenta essa ideia:

A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política.

Assim, surge a questão sobre o motivo dessa crítica marxista ser deixada de lado e de ser apontado um texto interpretado incorretamente como uma ideia marxista. A base conceitual de Nikolas Ferreira vai-se deteriorando.

2.2 Escola de Frankfurt

O segundo "formador de teorias anticristãs" não é uma pessoa, mas uma escola de pensamento. Nikolas Ferreira acusa vários pensadores de receberem influência de "figuras como Emanuel Kant, Hegel, Max Weber e Sigmund Freud" (Ferreira, 2022, p. 34). Repete basicamente a fórmula que usou no item contra Marx: a Escola de Frankfurt ataca a família. Em um argumento mais interessante, Nikolas Ferreira compara Fé e Ideologia.

É possível afirmar que cristãos não possuem ideologias; cristãos possuem uma cosmovisão (uma lente por meio da qual enxergam o mundo). E, essa lente está fundamentada na Palavra de Deus. É diferente! Cristãos, movidos pelo amor a Jesus, têm na Bíblia a sua regra de fé e prática. A Escritura é quem deve direcionar os atos e as palavras de todo seguidor de Cristo (Ferreira, 2022, p. 47).

Para Nikolas Ferreira (2022), a Bíblia não deve ser questionada e não há debate. Essa noção de não questionamento da Bíblia nasce de uma desvalorização da Teologia pelo Neopentecostalismo. A Teologia é colocada como raiz de conflitos entre os diversos cristãos. É a repetição da proposição de Edir Macedo, líder de uma grande Igreja Neopentecostal, indicada, no livro *A Libertação da Teologia*, que

A Teologia, de um modo geral, enche a mente do homem, porém jamais o seu coração. Não se pode entender Deus através de ideias e argumentos, por mais sólidos ou científicos que possam parecer. [...] Os teólogos criam tantas 'verdades' que chegam a confundir aqueles que desejam adorar a Deus. É graças aos teólogos que existem hoje milhares de denominações evangélicas praticamente se digladiando entre si; a própria igreja católica deve aos seus teólogos suas divisões e seus atritos internos (Macedo, 1993, p. 18).

Edir Macedo valoriza mais a ação dos que creem do que a Teologia, como se fossem condições separadas. Para ele, a Religião é colocar as ações propostas na Bíblia sem questionar. Questionar Deus é pecado. Macedo (1993, p. 137) argumenta:

O que é um testamento, senão a vontade do testador para ser posta em execução após a sua morte? [...] Não nos cabe a tarefa de discutir as bases do testamento; de procurar nele caracteres legais, históricos, genealógicos, linguísticos, etc. mas de simplesmente colocá-lo em execução.

Ao contrário de Edir Macedo e Nikolas Ferreira, Paulo Romeiro (1997), evangélico, adverte sobre a falta de pensar, de interpretar a Bíblia pelos evangélicos. Debater a correta interpretação não é ir contra o *Sola Scriptura*, como às vezes possa parecer diante de um questionamento teológico. Em seu livro, Romeiro (1997, p. 187) indica:

É possível ter todos os fatos e chegar a conclusões falsas, se a maneira de interpretar aqueles fatos for incorreta. O raciocínio pobre é um grande problema no campo do discernimento doutrinário hoje. Todos nós precisamos aprimorar a nossa habilidade de raciocínio o mais que pudermos quando buscamos discernir questões doutrinárias.

Assim como no caso de Karl Marx, Nikolas Ferreira evita tratar dos pontos básicos de teorias dos pensadores e foca uma visão de "ataque à família". Porém, ao fazer uma interpretação pessoal, está sendo contra o diálogo com essas teorias. Não permite a possibilidade de oposição. E a falta de oposição é o desejo de muitos políticos autoritários. Por sua vez, a Escola de Frankfurt apresenta, entre seus métodos, a dialética.

A dialética é, na verdade, um método que se refere ao modo do pensar, mas que, ao mesmo tempo, diferencia-se de outros métodos por meio disto: ela procura insistentemente não permanecer estagnada, busca recorrentemente se corrigir a partir dos próprios dados [...]. Justamente nisso reside a força vital do pensar dialético, o momento da oposicionalidade (Adorno, 2022, p. 70).

A partir do reconhecimento da possibilidade de uma oposição às ideias próprias, Theodor Adorno (2022) indica que é preciso ir além dos próprios conceitos e entender os conceitos opostos.

Dialética é o método do pensar, que não permanece simples método, mas que se torna a tentativa de ultrapassar a mera arbitrariedade do método e fazer inserir-se no conceito aquilo que não é conceito propriamente dito (Adorno, 2022, p. 70).

Ao colocar a Escola de Frankfurt como segundo "formador das teorias anticristãs", Nikolas Ferreira está reforçando a necessidade de um cristão não questionar os líderes religiosos, de não dialogar com quem pensa diferente. E ainda coloca isso como um ataque à família.

2.3 Antonio Gramsci

O terceiro "formador de teorias anticristãs" foi, segundo Nikolas Ferreira, Antonio Gramsci. Um dos pontos críticos apontados por Nikolas Ferreira é contra a ideia de "escola unitária" de Gramsci.

A teoria educacional de Gramsci propõe o conceito de 'escola unitária', no sentido de que a escola humana não se resume ao que se aprende em sala de aula. Segundo ele, a experiência de vida também provoca um efeito na relação de trabalho, em que se combinam o intelecto e a aprendizagem dos ofícios industriais. [...] Já o princípio da unidade, da "escola unitária", que uniria o ensino escolar à prática do trabalho, representaria a formação social básica de todos os cidadãos (Ferreira, 2022, p. 55).

A questão que Nikolas Ferreira não abordou é que a Escola Unitária foi proposta por Gramsci em função de uma reforma fascista da educação, que consolidava dois tipos de escola na sociedade italiana: uma escola para a elite, voltada para a formação intelectual, e uma escola para os operários, voltada para o ensino profissionalizante.

Como se sabe, em 1923, era introduzida na Itália a Reforma Gentile que reservava a 'escola humanista' para a formação de segmentos restritos da classe dominante, enquanto a 'escola profissional' era destinada a qualificar a mão de obra dos trabalhadores para impulsionar a produção e modernizar o país. Tratava-se de um projeto abertamente elitista, dualista e autoritário em função do regime fascista que se instalava no poder (Semeraro, 2015, p. 196).

O que Gramsci (2023) apresenta como alternativa ao projeto educacional elitista da reforma italiana é uma nova relação entre a intelectualidade e a profissionalização. O operariado não seria apenas treinado para o trabalho, mas agregaria a formação intelectual. Nikolas Ferreira não coloca dessa forma. Ele indica isso como a destruição da escola, posicionando-se a favor de uma escola elitizada, intelectualizada e sem ligação com o trabalho.

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social [...]. Num novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários (Gramsci, 2023, p. 41).

Considerando o que Gramsci apresenta, verifica-se que a proposta de Nikolas Ferreira é a

separação da educação em função da origem social. A elite receberia uma educação profunda, humanista e voltada ao conhecimento intelectual e o operariado receberia uma formação para o trabalho, voltada às operações de produção. Ao igualar a educação da elite e do operariado, segundo Antonio Gramsci (2023), a elite perderia seu espaço, o que assusta Nikolas Ferreira. Da mesma forma que Nikolas Ferreira é contra o diálogo, ele se posiciona pelo conhecimento concentrado na elite.

A escola deixaria de ser um campo de produção de conhecimento para tornar-se um campo de reprodução de conhecimento; o estudante se tornaria um ativista; o professor, um agente da revolução; e a sala de aula, o campo para a transformação cultural (Ferreira, 2021, p. 56).

Para Nikolas Ferreira (2022), a criação do conhecimento não poderia permitir o contraditório. Nem poderia permitir a participação de quem não é da elite. A crítica deveria, segundo Nikolas Ferreira, ser banida do processo educativo. O conhecimento seria um conjunto pronto de ideias que "alimentaria" os estudantes. Essa ideia contraria o que se coloca atualmente como "cultura de aprendizagem". Conforme coloca Juan Ignacio Pozo (2002, p. 40), diante das novas necessidades com as inovações tecnológicas,

A cultura da aprendizagem direcionada para reproduzir saberes previamente estabelecidos deve dar passagem a uma cultura da compreensão, da análise crítica, da reflexão sobre o que fazemos e acreditamos e não só do consumo, mediado e acelerado pela tecnologia, de crenças e modos de fazer fabricados fora de nós. Requer-se um esforço para dar sentido ou integrar alguns desses saberes parciais que inevitavelmente nos formam, de modo que, ao repensá-los, possamos reconstruí-los, dar-lhes uma nova forma ou estrutura.

Numa sociedade em que a estrutura tecnológica exige que se dê importância às inovações, a aprendizagem não se caracteriza apenas pela transmissão de conhecimento. O aprendizado exige que se dialogue com o diferente. Ao citar Gramsci de forma distorcida, Nikolas Ferreira (2022) faz sua proposta de escola dentro da sociedade autoritária que imagina.

2.4 Paulo Freire

O quarto "formador de teorias anticristãs", para Nikolas Ferreira, é Paulo Freire, que leva, segundo o autor, o "Círculo de Cultura" para dentro da sala de aula.

Em 1968, ele lançou a Pedagogia do Oprimido. Com esse livro, Freire levou a teoria do 'Círculo de Cultura', de Antônio Gramsci, para dentro das escolas. [...] Paulo Freire levou essa base ideológica para dentro da sala de aula. Na prática é simples: os alunos não abrem mais um livro; não fazem mais uma pesquisa; não des-trinçam mais os pensamentos de um filósofo; antes, são levados a participar de discussões rasas e manipuladas pelos professores, que tomam conta da sala (Ferreira, 2022, p. 59).

Para Nikolas Ferreira (2022), o conhecimento não seria o resultado de debates, de diálogo, mas conteúdos previamente definidos que deveriam ser absorvidos e repetidos por alunos. Nikolas Ferreira esquece que o conhecimento, ainda que na Matemática ou na Física, nasce do diálogo e do confronto de ideias. O aprendizado deveria ser uma submissão ao conhecimento previamente elaborado e considerado fixo.

Como estamos formando pessoas como essas dentro das universidades? Esses debates aconteciam na u-n-i-v-e-r-s-i-d-a-d-e, que deveria ser o espaço de produção da alta cultura do país. Esse tipo de discurso tem servido como armas, que são utilizadas para influenciar os jovens politicamente. É necessária uma mentalidade diferente para vencer o grande perigo do anti-intelectualismo. Se começarmos um programa de recuperação do respeito à verdade nas universidades, precisaremos, talvez, de um século para retomá-las das mãos da esquerda (Ferreira, 2022, p. 62).

Assim, para Nikolas Ferreira (2022), as elites deveriam ser educadas em "verdades" estabelecidas, valorizando uma educação repetidora de conceitos e, portanto, não crítica. Porém, não indica claramente quais seriam esses intelectuais de "alta cultura". Assim, sem apresentar uma argumentação sólida, Nikolas Ferreira se posiciona contra o conceito de Educação Bancária. Para ele, considerando esse conceito, Paulo Freire desvaloriza o professor, que se reduz a mero facilitador. Porém, Paulo Freire coloca o professor de uma forma mais valorizada. O professor deve

ser um pesquisador da realidade mais do que um simples conhecedor e repetidor. O professor tem que aplicar a intelectualidade na sua realidade. O professor dialoga.

Para o 'educador-bancário', na sua antidia-logicidade, a pergunta, obviamente, não é a propósito do conteúdo do diálogo, que para ele não existe, mas a respeito do programa sobre o qual dissertará a seus alunos. E a esta pergunta responderá ele mesmo, organizando seu programa. Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos –, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (Freire, 2023, p. 116).

Novamente Nikolas Ferreira se posiciona contra pensadores que propõem o diálogo e o respeito à diversidade. Seja na forma filosófica (Escola de Frankfurt), na forma política e trabalhista (Marx, Gramsci) e na forma educacional (Paulo Freire), a ideia de diálogo é estranha a Nikolas Ferreira. E essa estranheza é um instrumento de dominação.

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor [...]. Substituí-lo pelo antidiálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos da 'domesticação'. Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra (Freire, 2023, p. 72).

Como o diálogo exige pensamento e ação, o resultado do diálogo é um movimento para a busca da dignidade de todos, da possibilidade de existência livre de todos e não apenas da elite. A necessidade de diálogo torna a atividade da elite mais complexa – é preciso aprender a ouvir. Atender às necessidades de todos é mais complexo do que simplesmente se fechar às necessidades de todos.

2.5 Armas de influência política

Ao apresentar as consideradas "armas de influência política", Nikolas Ferreira mistura movimentos sociais (Ativismo LGBT e Feminismo), visões ideológicas (Ideologia de Gênero), instituições (Universidades) e uma vaga citação da Cultura. Esses cinco capítulos são um resumo das opiniões políticas de Nikolas Ferreira e serão analisados em conjunto. Essas armas são combatidas por serem, segundo o autor, instrumentos do Mal.

Tenho um objetivo principal com este livro: fazer com que você compreenda que nós, cristãos, estamos em maioria no Brasil; por isso, precisamos estar preparados para responder àqueles que questionam a razão da nossa fé (1 Pedro 3.15). Se tivéssemos convicções sólidas sobre o fundamento da nossa esperança, não haveria tantas pessoas capazes de influenciar uma geração inteira para o mal. O Brasil não precisa de mais cristãos, mas sim de mais pessoas que vivam o cristianismo (Ferreira, 2022, p. 153).

Para o discurso de Nikolas Ferreira, a questão não é a existência, por exemplo, de homossexuais. Ele se coloca contra uma imposição que ele entende existir nos movimentos sociais organizados pelas minorias, que ele chama de ativismo. Uma pessoa pode ser homossexual desde que não cobre por seus direitos.

Muitas pessoas, ao entrar nesse tema, acabam não diferenciando os homossexuais dos ativistas LGBT. São duas coisas completamente diferentes. O homossexual, de modo geral, reivindica aceitação, respeito e direitos. O ativismo LGBT luta por imposição (Ferreira, 2022, p. 67).

Para Nikolas Ferreira (2022), a ideia de que o ativismo é prejudicial surge da premissa que existem verdades absolutas baseadas em versículos bíblicos e que não podem ser, segundo a visão do autor, contestadas pelos cristãos e por outras pessoas. E não podem ser debatidas nem nas Universidades. Pelas ideias políticas de Nikolas Ferreira, essas verdades absolutas têm que ser aceitas e respeitadas por todos, cristãos ou não.

Se você disser a eles que $2 + 2 = 4$, muitos vão desconfiar dessa verdade. Então, dizer que 'tudo é relativo' é uma saída fácil para que tais jovens tenham aberturas para imaginar conceitos que não têm fundamento, que não

existem, que não são corretos. [...] Assim, verdades absolutas são facilmente contestadas, negadas, criticadas e mal interpretadas. A juventude escolar não aprende o que deve aprender e quer reinventar a roda, como se ela pudesse ser quadrada (Ferreira, 2022, p. 103).

A falha desse argumento é que nem a Matemática é tão absoluta assim. Não é uma verdade que não pode ser questionada. Por exemplo, $2 + 2 = 4$ é verdade em um sistema decimal de representação numérica. Se é usado um sistema ternário, em que os algarismos usados são apenas 0, 1 e 2, teremos $2 + 2 = 11$. Nikolas Ferreira não percebe que a Matemática não é uma ciência de regras rígidas e imutáveis. Ela permite que suas regras sejam modificadas, por exemplo, no caso de Geometrias Não Euclidianas.

Temos uma tendência de ensinar matemática como uma longa lista de regras. Você as aprende numa ordem e deve obedecê-las, caso contrário tira nota baixa. Isso não é matemática. Matemática é o estudo de coisas que aparecem de certo modo porque não poderiam ser de modo diferente (Ellenberg, 2015, p. 21).

Esse argumento da verdade absoluta se mostra falho também quando se compara com argumentos teológicos mais aprofundados. Por exemplo, Tomás de Aquino (2003, p. 1), um dos grandes teólogos, indica a mutabilidade da verdade:

A verdade está propriamente no intelecto [...]. A mutabilidade da verdade deve, pois, ser considerada com relação ao intelecto, cuja verdade consiste em sua conformidade com as coisas que conhece [...]. Entretanto, se existir um intelecto em que não possa haver nenhuma alternância de opinião, ou, a cuja percepção coisa alguma pode escapar, a verdade nesse intelecto será imutável. Ora, assim é o intelecto divino, como ficou demonstrado pelo que precede. A verdade do intelecto divino então imutável. A verdade, contudo, de nosso intelecto, é mutável.

Essa mutabilidade da verdade humana não é relativismo, mas a possibilidade de a verdade ser buscada pelo intelecto e pelo diálogo. E isso também deve ser considerado para a política na visão cristã. Nesse sentido, Francisco (2020, p. 137, n. 191) indica em uma de suas Cartas Encíclicas:

Vendo que todo o tipo de intolerância fundamentalista danifica as relações entre pessoas,

grupos e povos, comprometamo-nos a viver e ensinar o valor do respeito, o amor capaz de aceitar as várias diferenças, a prioridade da dignidade de todo o ser humano sobre quaisquer ideias, sentimentos, atividades e até pecados que possa ter. Enquanto os fanatismos, as lógicas fechadas e a fragmentação social e cultural proliferam na sociedade atual, um bom político dá o primeiro passo para que se ouçam as diferentes vozes. É verdade que as diferenças geram conflitos, mas a uniformidade gera asfixia e neutraliza-nos culturalmente. Não nos resignemos a viver fechados num fragmento da realidade.

É claro que essa citação não é um abono à Igreja Católica quanto a suas ações políticas e sociais, mas indica que há alternativa aos cristãos em termos de posicionamento político. O Papa Francisco propõe uma abertura para o diálogo com os que pensam de forma divergente e com os que são considerados pecadores. Ele se posiciona contra a uniformidade de pensamento, que asfixia a sociedade.

Ao contrário dessa visão, Nikolas Ferreira (2022) defende, em seu livro, a uniformidade de pensamento religioso, social, político e científico. E essa uniformidade nasce da premissa de considerar alguns pensadores como bons e outros como maus. Ainda que esses maus pensadores sejam mal interpretados. Assim, Nikolas Ferreira, com seu livro, está indo além de uma proposta para cristãos. Está indicando uma proposta de sociedade que abrange o relacionamento e o papel social de todas as pessoas. Não apenas cristãos. O livro é mais sociológico e político do que teológico.

3 A sociedade cristã proposta por Nikolas Ferreira

Nikolas Ferreira propõe uma forma de sociedade em que as decisões devem ser impostas a partir de sua visão religiosa cristã. Sua proposição não é fora de um contexto histórico. O livro de Nikolas Ferreira se insere na história do Pentecostalismo. Segundo Freston (1993), o Pentecostalismo no Brasil se desenvolve em três ondas:

1. a primeira com a chegada da Congregação Cristã e da Assembleia de Deus (década de 1910);

2. a segunda com o surgimento da Quadrangular (1951), da Brasil para Cristo (1955) e da Deus é Amor (1962);
3. a terceira com a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

É nessa terceira onda que surge, como característica de algumas igrejas pentecostais, a necessidade de participação política de seus pastores e membros. Há tanto motivos externos como internos à religião para essa ideia de participação política.

A politização pentecostal visa fortalecer lideranças internas, proteger as fronteiras da reprodução sectária, captar recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil [...]. Aspectos do sistema político [...] da conjuntura política e econômica da Nova República [...], e da evolução interna da AD [...] facilitaram a mobilização eleitoral dos fiéis e a inserção político-partidária (Freston, 1993, p. 181).

Essa inserção política característica da terceira onda do Pentecostalismo é fundamentada por uma visão dualista da política. Há um lado político bom, cristão e honesto, contra políticos maus a serem combatidos e destruídos. E estão associados normalmente à chamada "Esquerda".

Dentro do imaginário pentecostal (mentalidade) as 'forças do mal' precisam ser despojadas do poder, especialmente, dos setores políticos progressistas, intelectuais e cientistas. Os partidos liberais ou progressistas, a esquerda, precisam ser parados. Eles são inimigos dos pentecostais e tudo o que diz respeito a eles é contra o povo de Deus, o Novo Israel. Então, os crentes têm que se levantar e combatê-los (Rodrigues, 2021, p. 42).

Esse tipo de combate, portanto, não se limita a uma visão teológica ou política. Há uma indicação de busca de mudanças culturais e sociais, que podem ser caracterizadas como Teologia do Domínio.

É desta corrente que surge uma outra variante, segundo nossa compreensão, mais radical ainda, qual seja, a Teologia do Domínio, que pretende transformar o mundo através de suas elites dirigentes. Para tanto, deve-se conquistar o poder através das suas instituições oficiais, mas, fundamentalmente, formar as elites de amanhã (Souza; Magalhães, 2002, p. 95).

Embora a Teologia do Domínio tenha um nome aparentemente religioso, é mais uma proposta política e social do que um pensamento teológico com vistas à imposição de limitações: "A teologia do domínio é um tipo de evangelismo político que trabalha para trazer uma rede de cristãos conservadores ao poder político, a fim de afetar o 'domínio' sobre a terra para apressar o Reino de Deus" (Garrard, 2020, p. 648).

A adoção da Teologia do Domínio encaixa-se na terceira onda do Pentecostalismo e é parte da mudança de foco das Igrejas Pentecostais, que buscam ficar mais politizadas.

É na política, contudo, que o projeto de poder dos grupos evangélicos se realiza. Ainda que o envolvimento de pentecostais na disputa partidária seja antigo e remonte à década de 1960 [...], foi no contexto da redemocratização que as igrejas buscaram ocupar espaços legislativos. Abandonando o isolamento político que marcou a evolução do protestantismo no Brasil, lideranças evangélicas passaram a se guiar pelo lema 'irmão vota em irmão' e colocaram em marcha alguns pressupostos da teologia do domínio (Casarões, 2020, p. 13).

A motivação da Teologia do Domínio é explorar o descontentamento social dando-lhe um caráter de violação de pretensos dogmas religiosos, com argumentos realistas ou imaginados, de modo a criar uma forma de dominação autoritária pelos líderes religiosos e políticos: "Os Dominionistas provaram ser extremamente hábeis em explorar veias profundas de descontentamento social e ansiedades morais, especialmente nas zonas quentes da cultura, raça e, acima de tudo, sexualidade" (Garrard, 2020, p. 658).

No caso do livro de Nikolas Ferreira, ele se coloca como "embaixador de Cristo" (Ferreira, 2022). Assim, Nikolas Ferreira se vê no direito de atacar e de ofender os considerados maus, que são os divergentes de forma política, religiosa, econômica e social. Há uma imposição da unidade na interpretação bíblica e política.

No campo teológico e das ciências da religião, observa-se que a TD [Teologia do Domínio] apresenta graves contradições, sendo, talvez, a mais grave, a interpretação ideológica da Bíblia. Pois, ao pretenderem aplicar a lei de Deus a todas as esferas da vida, o que os dominionistas apresentam é uma visão de

mundo que sincretiza ideologias de Estado mínimo, governo civil limitado e livre mercado, nacionalismo, supremacia racial e religiosa, dentre outras. Eles defendem um governo civil limitado, mas, ao mesmo tempo, dependem de um Estado forte que lhes garanta o poder (Pereira, 2023, p. 169).

Essa interpretação da Bíblia, muitas vezes, ocorre pela distorção dos textos da mesma forma que Nikolas Ferreira distorce o pensamento dos que considera os quatro "formadores de teorias anticristãs". Além do uso da Teologia do Domínio, Casarões (2020, p. 10) identifica um segundo pilar no projeto de poder dos Neopentecostais:

Em linhas gerais, o projeto de poder (neo) pentecostal se sustenta sobre dois pilares: a teologia da prosperidade e a teologia do domínio [...]. A teologia da prosperidade defende que a fé cristã é recompensada com bênçãos materiais, como bem-estar, saúde e boa situação financeira.

Com a Teologia da Prosperidade, a fé ganha uma dimensão econômica mais forte que a dimensão moral ou que a dimensão teológica. Nesse sentido, o sucesso econômico não depende mais de uma estrutura social de oportunidades, mas do atendimento às vontades divinas, de um mundo de escolhidos por Deus. A Teologia da Prosperidade, valorizando o sucesso financeiro, foge do sentido de solidariedade da cristandade. Pena e Zientarski (2022, p. 23) colocam que esse projeto de poder das igrejas pentecostais se liga a uma estrutura neoliberal de poder, pois

O avanço da teologia da prosperidade está totalmente coadunado com o projeto destrutivo e regressivo do neoliberalismo e o conservadorismo explorador e genocida. A expressão dos movimentos empresariais-religiosos está plenamente de acordo com os interesses das camadas dominantes e contra as necessidades reais dos trabalhadores.

Assim, em consonância com a onda atual do Pentecostalismo, Nikolas Ferreira está propondo algo além do que a simples participação dos cristãos na política. A proposta é um modelo de sociedade em que há uma liderança forte, controladora de assuntos religiosos, científicos, morais e sociais, sem espaço para debates e diálogos. As lideranças políticas e sociais, em

conformidade com as interpretações bíblicas pentecostais, devem ser autoritárias. Da mesma forma, apoia uma sociedade em que a pobreza é vista como um processo de punição pelo afastamento de Deus.

Por outro lado, o atual desenvolvimento tecnológico exige sociedades mais diversas e aptas a criticar. Como coloca Peter Drucker (1999, p. 96), um dos teóricos conceituados sobre a administração na Era do Conhecimento,

Hoje precisamos ir além da organização baseada na informação, para aquela baseada em responsabilidade. [...] A organização do tipo antigo assumia que o superior sabia o que o subordinado estava fazendo – pois o superior, poucos anos antes, havia ocupado a posição do subordinado. Em contrapartida, a organização baseada no conhecimento precisa assumir que os superiores não conhecem o trabalho dos seus subordinados, pois nunca estiveram em seu lugar.

O tipo de sociedade que Nikolas Ferreira preconiza entra em conflito com a sociedade que as organizações empresariais atuais precisam. Peter Drucker (1999) mostra que as organizações atuais são mais descentralizadas e isso exige uma sociedade em que o diálogo é facilitado e sejam consideradas as diferenças. Assim, a proposta destoa das necessidades de conhecimento e de educação numa "Sociedade Pós-Capitalista". Embora em espectros ideológicos diferentes, Paulo Freire e Peter Drucker concordam que há necessidade de uma educação para a autonomia.

Ainda mais, Nikolas Ferreira parte de uma forma de enxergar a sociedade em que são apresentadas duas classes sociais: os cristãos e os inimigos dos cristãos. Isso é uma simplificação sociológica que mostra o fraco aprofundamento das propostas.

Por várias razões, as diferenças eleitorais e políticas jamais podem ser reduzidas a um conflito unidimensional no qual, por exemplo, os 'pobres' e os 'ricos' estariam em oposição. Em primeiro lugar, o conflito político é acima de tudo ideológico – e não 'classista'. [...] No caso dos atributos individuais, sempre haverá uma grande diversidade de opiniões possíveis, em

função das trajetórias familiares e pessoais, dos encontros e das trocas, das leituras, das reflexões e dos caminhos inerentes a cada sujeito. A questão da organização da sociedade é muito vaga para que seja possível uma relação determinista entre a 'posição de classe' e as crenças políticas (Piketty, 2020, p. 626).

A proposta de Nikolas Ferreira de tratar a política e a sociedade é originada do discurso religioso de Lutero, que denominava seus inimigos como diabos. É a chamada Demonização, ou seja, a opinião social e política contrária é vista como um erro que vai atingir a alma de todos, gerando a impossibilidade da graça de Deus. A proposta do livro tem raízes históricas.

4 A demonização como instrumento político e religioso

Se as ideias defendidas por Nikolas Ferreira são contra uma sociedade aberta, igualitária e progressista, como são aceitas ao ponto de terem altos índices eleitorais? Isso se explica porque a estrutura geral do livro é apresentar a ideologia própria como uma luta contra o diabo. Aliás, o primeiro capítulo começa exatamente com uma advertência contra as ciladas do diabo.

Paulo, em sua carta aos Efésios, fala sobre a necessidade de a Igreja estar atenta e preparada para lutar contra as astutas ciladas do diabo [...]. Não podemos perder de vista o fato de que, assim como Deus utiliza pessoas para atuarem em Seu Reino, o diabo utiliza pessoas para militarem a favor do seu império (Ferreira, 2022, p. 25).

Dentro da Teologia do Domínio, essa caracterização tem como objetivo não permitir o diálogo com as diferentes opiniões e condições sociais que se apresentam. O ativismo LGBT³, a ideologia de gênero, o feminismo, as universidades e a cultura são indicados como manifestações diabólicas materializadas nas pessoas que participam desses círculos. São, como os demônios, representantes do "mal". O argumento demonizador de Nikolas Ferreira não é novo. Martinho Lutero (1959), que iniciou a Reforma Protestante,

³ Como este artigo parte da análise do livro de Nikolas Ferreira (2022), foram mantidos os termos da forma que o autor indicou, apesar do caráter pejorativo e ofensivo que possam ter. A escolha de termos pejorativos é parte do processo de demonização que esse item aprofunda.

usava esse argumento de forma extensa contra os inimigos de sua doutrina.

De impulso polêmico e agressivo, Lutero empregou a metáfora de monstros e elementos animalescos num esforço para definir a posição e a atitude dos cristãos no mundo. Com esses recursos de linguagem, ele estabelece fronteiras entre o próprio e o alheio. [...] Considerada a noção de Lutero acerca do que é ser um humano, suas metáforas não deixam também de delimitar uma fronteira entre aqueles que alcançam a graça e experimentam uma nova existência e aqueles que, à parte da graça, permanecem fora dos muros da condição de humanidade, ou da experiência da salvação (Dorneles, 2019, p. 149).

Lutero (1959) complementa esse argumento com a ideia de que a razão não deve ser usada para assuntos religiosos. Corolário da *Sola Scriptura*, esse argumento indica que o uso do questionamento racional não deve ser fonte para a interpretação da Bíblia. A Bíblia se explica internamente para Lutero (1959) e análises racionais sempre distorcem, na visão luterana, o sentido original da Bíblia.

No domínio do religioso e do saber de Deus, a razão, que ali atuaria por extrapolação, está fadada ao erro e incorre em idolatria. A razão que é 'uma prostituta' é a faculdade 'natural', 'mundana' e 'carnal' do ser humano decaído que se deixou e se deixa comprar por quem, no domínio da verdade em geral e da verdade última ou de Deus em particular, e sempre de novo para propósitos humanos apenas e por desejo humano, é capaz de pagar bem. A razão, nesse caso, como a 'prostituta', faz mal uso de algo que, tomado em si, é bom (Pich, 2019, p. 10).

Em seu último sermão em Witterburg, Lutero apresenta o uso da razão para o entendimento da religião como um pecado perigoso e sutil. Uma tentação que usa as artimanhas semelhantes às prostitutas para atrair clientes. Nas palavras de Martinho Lutero (1959, p. 374):

Usura, gula, adultério, homicídio culposo, assassinato, etc., podem ser vistos e o mundo entende que são pecados. Mas a noiva do diabo, a razão, a adorável prostituta vem e quer ser sábia, e o que ela diz, ela pensa, é o Espírito Santo. Quem pode ser de alguma ajuda então? Nem jurista, médico, nem rei, nem imperador; pois ela é a principal prostituta que o diabo tem. Os outros pecados graves podem ser vistos, mas ninguém pode controlar a razão.

Ela anda por aí, cozinha o misticismo com o Batismo e a Ceia do Senhor, e afirma que tudo o que surge em sua cabeça e o diabo coloca em seu coração é o Espírito Santo.

Embora Lutero não seja contra o uso da Razão nas atividades mundanas, por seu conceito de "Sola Scriptura", ele demoniza o uso da Razão dentro da Religião. A Razão é prostituta, é a noiva do diabo. Para Lutero (1959), questionar pela razão um assunto de Fé é rebaixar a autoridade da Escritura. O problema surge quando o foco desse conceito sobre a Razão sai do religioso e se expande a campos relacionados, ainda mais por nem sempre serem claros os limites da Religião junto aos campos da Política, da Sociedade e da Ciência. É nessa extrapolação que surgem livros como o de Edir Macedo (1993) e de Nikolas Ferreira (2022). São revisões extrapoladas da epistemologia de Lutero, que considera o uso da Razão como pecado.

Como a Razão não poderia interferir em questões de Fé, Lutero inaugura uma forma de entendimento literal da Bíblia que elimina a possibilidade de diálogo sobre outras formas de pensar teológico. A interpretação da Bíblia, para Lutero (1959), tem que ser literal. Não há possibilidade de diversidade. Como indica Karen Armstrong (2024, p. 349),

A Reforma, entretanto, anunciou o triunfo da Palavra escrita e a preferência pela clareza e pela definição. As palavras de Cristo agora significavam que o pão só podia ser pão – um modo de pensamento que resultava na ênfase na palavra, e não na imagem, no literal, e não no metafórico, e numa insistência no significado explícito da escritura [...]. A alegoria só era permitida se não pusesse em risco o significado óbvio do texto – decisão que submeteria a mente cristã ocidental a uma tensão que logo se tornaria intolerável.

Em outras palavras, Lutero demoniza todas as outras possíveis interpretações da Bíblia além da sua própria. Sua interpretação passa a ser a única possível. Todos que contrariam a sua posição interpretativa estão condenados ao Inferno ou são representantes do diabo. Porém, isso pode ser caracterizado como um pensamento ideológico.

As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica (Arendt, 2012, p. 626).

Nesse sentido, a visão de Lutero da *Sola Scriptura* pode levar ao Fundamentalismo se não for bem entendida e limitada ao seu alcance racional. Principalmente quando inclui aspectos políticos que se relacionam com a religião.

Constatamos que o uso fundamentalista de textos bíblicos muitas vezes recorre a exegese insustentável; outras vezes, inspirada por fatores culturais, tradição e preconceitos e até por interesses comerciais, como no caso do tráfico de escravos negros e do dízimo. Mas a questão-chave se situa no nível da teologia-fundamental: o sentido de uma afirmação bíblica deve sempre ser compreendido dentro do seu contexto original e expresso dentro do contexto atual (Konings, 2017, p. 191).

A consequência de demonizar os opositores de uma hermenêutica simplificada e não dialogada é dar um castigo muito cruel para os discordantes. O detentor da pretensa ideia única usa do medo de as pessoas terem a danação eterna se não seguirem a interpretação simplificada e pretensamente única. Assim, ao demonizar seus oponentes, Nikolas Ferreira usa de uma estratégia que Arthur Schopenhauer (2020, p. 115) descreve como último recurso a ser utilizado em um debate que se quer ganhar a qualquer custo:

Quando se percebe que o oponente é superior e que vamos nos dar mal, então devemos partir para o lado pessoal, ser ofensivos e rudes [...]. Mas ao ir para o lado pessoal, abandona-se o assunto completamente e os ataques são direcionados à pessoa do oponente: a pessoa então estará sujeita a humilhações, maldades, afrontas e grosserias.

O livro de Nikolas Ferreira traz uma estratégia elaborada para atrair pessoas para sua visão política sem fazer grandes questionamentos. Ao dizer que Marx é contra a família, por exemplo, cria um desvio apresentando uma má interpretação como "verdade" do pensamento marxista. Ele tenta mostrar, por sua interpretação distorcida, que os seus opositores são totalmente contra a família, um fundamento cristão. E, por essa su-

posta ação contra a família, os opositores devem ser combatidos. E esse argumento perpassa todos os considerados "formuladores de teorias anticristãs". Daí é um pulo para demonizar e ofender os que não pensam como ele. A religião se torna um instrumento de inserção do medo de ir para o Inferno nessa equação. O questionador irá para o Inferno. E a demonização pelo medo de questionar aprofunda a divisão social. A religião transforma-se em instrumento da política partidária e do fundamentalismo.

A alternativa à demonização é apelar para a responsabilidade social das religiões, exigindo que se cumpram os papéis adequadamente independentes dentro da sociedade. E isso é possível ao considerar a dignidade humana.

É nessa linha que podemos abrir algumas reflexões na linha da responsabilidade das religiões, não apenas na questão da laicidade do Estado, mas na linha da educação para a dignidade humana, educação para os direitos civis, proclamação renovada de nossas tradições religiosas e éticas em conversa com nosso mundo atual, e não como substituto para uma política de Estado (Gebara, 2022, p. 137).

O papel social da religião não pode ser o de simples instrumento partidário para a divulgação e imposição de ideias e propostas sociais sem debate. Nikolas Ferreira, repetindo estratégias antigas, evita o debate pela simples colocação de que questionar é pecado e leva ao Inferno. Isso infantiliza a religião e torna a ética religiosa sem sentido dentro da sociedade. Confunde-se partido político e religião, apagando a função social da crítica religiosa.

5 Conclusão

O papel social e político da religião não é direcionar cidadãos em sua opinião política, como Nikolas Ferreira propagandeia em seu livro. Tanto a religião como a política não devem se ater a dogmatismos que ameacem a possibilidade de diálogo. Política não é governar pessoas pela imposição de ideias. A política somente atinge seus objetivos de atuar para todos a partir do diálogo e não pela oposição, muitas vezes violenta, de ideologias pretensamente irreconciliáveis. Como

coloca o filósofo Karl Jaspers (1971, p. 69),

A política pretende subjugar a violência por meio do debate, do pacto, da busca de uma vontade comum através de caminhos legais. Para que a tal resultado se chegue, é preciso contar com certa espécie de político. Esse político não deve aspirar à ditadura, porque não se interessa por governar escravos. Deve pretender poder temporário, na medida em que mereça a confiança do povo – confiança de cidadãos e não de súditos – e deve inclinar-se pela renúncia, tão logo decaia daquela confiança.

Assim, as ideias de Nikolas Ferreira vão além da marginalização da população transexual e de outras pessoas, como consideram análises de sua atuação na Câmara Federal com a peruca no dia 8 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher. É claro que se deve concordar sobre a inadequação dessa atitude (Alves; Silva, 2023)⁴.

Porém, suas performances contra os transexuais apenas são uma máscara para esconder o projeto político e social relacionado com a Teologia do Domínio. Há muito mais do que um projeto contra transexuais. Há a ideia de subordinar o Estado à Religião como projeto político e social. E manter uma estrutura política em que o diálogo seja subordinado a uma hierarquia a ser obedecida, sem a possibilidade de que os problemas sociais sejam abertamente debatidos e solucionados em comum. Por sua vez, a política para os cristãos deve ser mais a busca da justiça social, da dignidade para todos e da esperança.

A esperança é a face cristã da utopia política. Ela ultrapassa o horizonte da história e dos projetos humanos. Não se trata de imaginar uma política ideal, mas de intensificar o serviço que resgata vidas e direitos. Os cristãos não podem se dar ao luxo da omissão se desejam vencer os desafios e manter viva a esperança da justiça social. A consciência de esperar um novo céu e uma nova terra os mantém imbuidos daquela liberdade e ousadia que caracteriza os profetas (Gasda, 2015, p. 219).

A política para os cristãos – ao contrário do que coloca Nikolas Ferreira – deve ser um espaço de libertação das violências produzidas por parcelas

da sociedade que não se preocupam com o bem comum ou com a diversidade. Uma forma de agir cristã dentro da política não pode ser direcionada para disputas violentas entre visões díspares nem ser palanque para a demonização de visões díspares. Para os cristãos, a política não pode ser espaço de manutenção de desigualdades e de incentivo a conflitos. A busca cristã na política deve ser sempre pelo bem comum.

As propostas de Nikolas Ferreira partem de uma ideologia que distorce hermeneuticamente a Bíblia, textos de pensadores considerados de "esquerda" e não considera os atuais arranjos sociais que surgem com o avanço tecnológico. Também extrapola posições de Lutero. Suas propostas são voltadas a uma estagnação social pela manutenção da pobreza por uma educação voltada apenas à elite. E essa proposta é sustentada por um autoritarismo religioso anacrônico. Não há diálogo. O caminho para superar esse anacronismo é o diálogo. Ainda que não queiram dialogar, há necessidade de apresentar e debater as alternativas.

Referências

- ADORNO, T. W. *Introdução à dialética*. São Paulo: Ed. UNESP, 2022.
- ALVES, G. S.; SILVA, E. L. A desinformação como ferramenta de violência política de gênero. *Revista de Comunicação da FAPCOM*, [s. l.], v. 7, n. 14, p. 129-142, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31657/pw-2qkp38>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- AQUINO, T. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2003.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARMSTRONG, K. *A arte perdida das escrituras: resgatando os textos sagrados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- BRASIL. Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 17 dez. 2025.
- BURKE, E. *Reflexões sobre a Revolução na França*. Campinas: Vide Editorial, 2017.

⁴ É claro que esse ato transfóbico pode ser enquadrado na Lei n. 7.716 (Brasil, 1989). O objetivo, porém, não é debater esse assunto juridicamente, mas mostrar um projeto muito mais amplo e profundo, que não abrange apenas ataques à diversidade, mas um projeto teológico e político de dominação social.

- CASARÕES, G. Religião e poder: a ascensão de um projeto de nação evangélica no Brasil. *Revista Interesse Nacional*, [s. l.], v. 13, n. 49, p. 9-16, 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/handle/bdtse/7630>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- DORNELES, V. Lutero e seus monstros: como o reformador erigiu fronteiras ao se referir à alteridade. *Protestantismo em Revista*, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 133-150, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22351/nepp.v45i1.3195>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- DRUCKER, P. F. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ELLENBERG, J. *O poder do pensamento matemático: a ciência de como não estar errado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- ENGELS, F.; MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.
- FERREIRA, N. *O cristão e a política: descubra como vencer a guerra cultural*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2022.
- FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulinas, 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 86. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- FRESTON, P. *Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1993.69813>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- GARRARD, V. Hidden in plain sight: Dominion theology, spiritual warfare, and violence in Latin America. *Religions*, [s. l.], v. 11, n. 12, p. 648, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rel11120648>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- GASDA, E. E. Política, cristianismo e laicidade. *Perspectiva Teológica*, [s. l.], v. 47, n. 132, p. 203-220, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20911/21768757v-47n132p55/2015>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- GEBARA, I. A responsabilidade das religiões na defesa da laicidade do Estado e da democracia. In: KUZMA, C.; BINGEMER, M. C. L.; SERRATO, A. C. *Religião, laicidade e democracia*. São Paulo: Paulinas, 2022. p. 127-143.
- GELDER, T. van. Argument mapping with reason!able. *The American Philosophical Association Newsletter on Philosophy and Computers*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 85-90, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/245489403_Argument_Mapping_with_ReasonAble. Acesso em: 17 dez. 2025.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. v. 2.
- HARRELL, M. No computer program required: even pencil-and-paper argument mapping improves critical-thinking skills. *Teaching Philosophy*, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 351-374, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5840/teachphil200831437>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- JASPERS, K. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- KONINGS, J. Fundamentalismo bíblico-teológico-religioso. In: MILLEN, M. I. C.; ZACHARIAS, R. *Fundamentalismo: desafios à ética teológica*. Aparecida: Santuário, 2017. p. 173-194.
- LOCKE, J. *Carta sobre a tolerância*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LUTHER, M. The Last Sermon in Wittenberg, Rom. 12:3, January 17, 1546. In: DOBERSTEIN, J. W. *Luther's works, volume 51, sermons I*. Philadelphia: Muhlenberg Press, 1959. p. 369-380.
- MACEDO, E. *A libertação da Teologia*. Rio de Janeiro: Universal, 1993.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PENA, A. A. P.; ZIENTARSKI, C. Cristianismo de libertação, teologia da prosperidade e as perspectivas da luta de classes no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, [s. l.], v. 27, p. e270022, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270062>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- PEREIRA, E. Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [s. l.], v. 76, p. 147-173, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p147-173>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- PICH, R. H. "A razão é uma prostituta": fundamentos de uma epistemologia luterana. *Teocomunicação*, [s. l.], v. 49, n. 1, e35708, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/0103-314X.2019.1.35708>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- PIKETTY, T. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- POZO, J. I. *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RODRIGUES, E. Religion and politics: The Pentecostal participation in Brazilian Public Sphere. *Horizonte*, [s. l.], v. 19, n. 58, p. 24-47, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2021v19n58p24>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- ROMEIRO, P. *Evangélicos em crise: decadência doutrinária na igreja brasileira*. São Paulo: Mundo Cristão, 1997.
- SCHOPENHAUER, A. *A arte de argumentar: como vencer qualquer debate sem precisar ter razão*. São Paulo: Faro Editorial, 2020.
- SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. 3. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2015.

SOUZA, E. C. B.; MAGALHÃES, M. D. B. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*, ls. l.l, v. 22, p. 85-105, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000100006>. Acesso em: 17 dez. 2025.

Luis Henrique Piovezan

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo. Graduado em Teologia pelo Centro Universitário Claretiano (CLARETIANO), São Paulo, SP, Brasil. Engenheiro civil na Petrobras, São Paulo, SP, Brasil.

Endereço para correspondência

Luis Henrique Piovezan

Petróleo Brasileiro (PETROBRAS)

Av. Paulista, 901, 14º andar

Bela Vista, 01311-100

São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.